

---Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da Ordem do Dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis, TMDP, Derrama e IRS, para o ano de dois mil e doze;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual autorização para repartição dos encargos por vários anos económicos do procedimento de fornecimento de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos e a granel – Lote um – cinco anos, Lote dois e três – três anos;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o Município de Óbidos;-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Programa ABC – Apoio de Base à Criatividade;-----

---Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação do pedido de Declaração de Interesse Municipal, apresentado por StandUp Portugal Academy, Lda;-----

---Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, da Proposta de Alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais;-----

---Ponto número oito – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Vendedor Ambulante no Concelho de Óbidos;-----

---Ponto número nove – Para conhecimento, Proposta de Alteração ao Documento Complementar do Contrato de Urbanização, celebrado entre Báltico – Empreendimentos Turísticos, S.A. e o Município de Óbidos, em doze de maio de dois mil e cinco;-----

---Ponto número dez – Para conhecimento, solução do Projeto Urbano da Praça da Criatividade, após parecer favorável de DRCLVT / IGESPAR;-----

---Ponto número onze – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de janeiro;-----

---Ponto número doze – Período fora da Ordem do Dia – Intervenção do público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Victor Manuel Pereira Mata, Carlos Alberto Zina Rodrigues, Joaquim Elias Timóteo Carlos, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia, sendo os dois últimos substituídos pelos Senhores Deputados José Carlos Correia Carvalho e Floriano Rodrigues Almeida, respetivamente, e da Senhora Deputada Ana Catarina Brás de Carvalho, que foi substituída pelo Senhor Deputado João Maria Lourenço.-----

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a ata número três, de trinta de junho do corrente ano.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Grupo Parlamentar do PS votou contra a última ata. Parecia que a maioria PSD estava a fazer um jeito ao PS, pelo facto de abreviar a ata, no sentido de ela ser mais fácil de ler. Se não houver nenhuma correção à ata vai votar contra e não só. É capaz de enviar cópia da mesma para outras entidades para apreciação. O documento que leu sobre o encerramento da linha do oeste, embora fosse do jornal “O Público”, não está transcrito na ata. Existe uma insinuação muito bem montada. Perguntou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal se o negócio com o Pingo Doce, para construção das bombas junto à escola C+S, estava definido e se se iria concretizar a

instalação do equipamento. Há aqui uma montagem, dado que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o negócio com o Pingo Doce estava fora de questão, etc., dando a entender que não sabia como era a pergunta. Existe uma incorreção na parte em que falou sobre a recolha de resíduos sólidos e na separação. As palavras estão lá. Devia ler-se: “O Vice-Presidente da Câmara Municipal desconhece que não existe recolha de resíduos sólidos aqui bem perto, nem separação, como por exemplo no seu casal e na casa da sua vizinha. Só há um caixote para porem o lixo todo. Há agregados familiares que têm todos os dispositivos à disposição para fazer a separação.”.-----

---Como não houve mais intervenções, foi posta a ata à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor, um voto contra e três abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Carta de justificação de falta da Senhora Deputada Anabela Blanc Capinha Corado à reunião de trinta de junho do corrente ano; Cartas de justificação de falta à presente reunião dos Senhores Deputados Carlos Alberto Rodrigues Zina, Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia e de Luís Carlos Guimarães de Carvalho; Ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes” sobre o setor ferroviário; Carta da Municipalia sobre o Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais e Boletim “A Fonte” da Junta de Freguesia do Olho Marinho. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, a saber: Apreciação e eventual autorização da repartição dos encargos do procedimento – Empreitada “Construção de dois Edifícios para dez fogos de Habitação Social em A da Gorda”.-----

---Como não houve intervenções, foi posta à votação a inclusão do novo ponto na Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, passando a ser o ponto número onze. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a moção apresentada pelo Deputado Municipal do PCP, que a seguir se transcreve: “Moção – O anúncio público de que o governo anterior propôs à “Troika” do FMI, BCE e EU, o encerramento da Linha do Oeste, entre outras, como forma de reduzir a despesa pública, vem confirmar as muitas preocupações quanto ao futuro deste importante eixo ferroviário do País. Tal medida, a concretizar-se, representaria um sério revés no desenvolvimento da região do Oeste e um duro golpe nas condições de vida das suas populações. A pretensão de encerrar cento e vinte e sete quilómetros da Linha do Oeste, entre o Louriçal e Torres Vedras, como foi proposto à “Troika”, significaria deitar por terra todas as potencialidades que este eixo ferroviário tem e que até agora não foram devidamente aproveitadas. Basta ter em conta que este atravessa toda uma região com grande densidade populacional e excelentes condições para a atividade turística. Mas também poria em causa o transporte ferroviário de mercadorias, que de ano para ano se tem consolidado na Linha do Oeste. Ramalhal, Pataias, Martigança, Leiria e Louriçal, são entrepostos de mercadorias que necessitam de estar ligadas ao caminho de ferro. Sempre foi defendido que a requalificação da Linha do Oeste era imperiosa, pelas implicações positivas que teria do ponto de vista económico, social e ambiental nesta região. Requalificar a Linha do Oeste, em contraponto ao seu encerramento, significaria a criação de mais-valias económicas decorrentes de um natural aumento do número de passageiros e mercadorias transportados; significaria maior bem-estar para as populações que teriam à disposição um meio de transporte mais eficaz, confortável, mais barato; significaria uma redução dos níveis de poluição, considerando a conseqüente redução do tráfego rodoviário. Considerando que a proposta conhecida é do anterior governo, importa que com a maior clareza e urgência, o atual Governo defina a sua posição sobre este assunto de significativo interesse para a região do Oeste. Pelo que, a Assembleia Municipal de Óbidos, reunida no dia vinte e nove de

setembro de dois mil e onze, reafirma o seu total apoio à requalificação da Linha do Oeste e rejeita quaisquer medidas que visem o encerramento deste eixo ferroviário.”-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que estarem a apreciar eventualidades corrigíveis que terão sido feitas, não sabe por quem, e que podem acontecer amanhã, não é propriamente a melhor maneira de apreciar e discutir os assuntos que lhes dizem respeito. Esta questão já foi introduzida pelo Senhor Deputado Custódio Santos. Queixou-se da ata por não estar transcrita uma cópia do jornal “O Público”, como se as atas da Assembleia Municipal fossem para reproduzir jornais e todos os documentos que são juntos. Foi posta em causa a integridade pessoal e profissional da Mesa, relativamente à isenção e à honestidade na feitura das atas. Isso é de repudiar em absoluto. A linha do oeste é um problema, mas é um problema porque é uma linha do século dezanove. Nos últimos vinte e cinco anos deixou de ser direta. Para se ir para Lisboa, ou para se vir de Lisboa para Óbidos, é preciso mudar de comboio no Cacém. Pelo traçado que tem, vai a todo o lado. Nos termos em que ela hoje está, não serve as populações, não é competitiva, a carruagem não leva quase ninguém. O que há a fazer é dar competitividade àquela linha, relativamente às vias rodoviárias, que são servidas de autoestradas. É preciso que seja feita a requalificação da linha do oeste, que está em estudo há anos, mas não é com este traçado, nem é com estes transbordos. Estão a falar de um moribundo que, se calhar, vai morrer amanhã. Têm que evitar que morra, mas não é nestes termos. Como ela está não serve. É por isso que vota contra.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que já está habituado às insinuações do Senhor Deputado José Botelho. Mais uma vez vem reconhecer aquilo que ele quer, que é o tudo ou nada. Diz que é preciso requalificar e fazer, mas acha que é melhor não fazer nada, não ficar como está, acabar com tudo de uma vez. Com respeito à ata, propôs que o vídeo da gravação da mesma seja passado para verem se está incorreto naquilo que disse.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que não viu que haja erros na ata. Quando puserem em causa a ata, deverá a Mesa, que a elabora, tomar uma posição concreta. Como o Senhor Deputado José Botelho disse, puseram em causa a legitimidade e a competência da Mesa sobre a ata. A Mesa devia ter dito qualquer coisa em relação à mesma, que estava a ser atacada.-----

Como não houve mais intervenções, foi a moção posta à votação, tendo sido reprovada por dez votos contra, dez abstenções e seis votos a favor. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado José Capinha disse que gostaria de ter esclarecimentos da Câmara Municipal sobre um assunto que foi discutido na última Assembleia Municipal e que diz respeito ao valor da água e das questões legais inerentes à definição desse valor. Recentemente houve, na comunicação social, declarações de responsáveis de municípios vizinhos pouco solidárias. Refere-se, em concreto, ao Município de Peniche. Gostaria de saber qual é a posição que o Município de Óbidos tem, relativamente a essa questão, ainda para mais sabendo que existe uma situação em Olho Marinho, onde a água é explorada por Peniche. Gostaria de saber se o Município de Peniche paga essa água que é extraída no Concelho de Óbidos. Se não, se isso é legal.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues agradeceu a informação que lhes foi prestada. Tinham solicitado, várias vezes, elementos sobre as receitas e as despesas dos principais eventos da Óbidos Patrimonium. Vão estudar esta matéria e, provavelmente, depois será remetida à Assembleia Municipal uma análise mais detalhada desta matéria.-----

---A Senhora Deputada Ana Maria disse que foram contemplados no projeto inicial da escola de Óbidos a colocação de estores nas janelas de quase todas as salas de aula. Essa situação tem sido referenciada pela Associação de Pais e por alguns professores. Tem levantado alguns constrangimentos,

nomeadamente, a elevada exposição das crianças ao sol, pelo que têm contraído algumas doenças. No ano passado, na festa de Natal, houve uma sala que teve poucos meninos a participar na mesma, porque estavam doentes. A escola tem ar condicionado que não está a ser utilizado por falta, presume-se, de dinheiro. Não tem sido autorizada a colocação de estores, ou outro tipo de proteção, o que vai continuar a dificultar a vida aos alunos e aos professores, nomeadamente, no uso do quadro interativo, porque estando dias de muito sol, a luminosidade exterior provoca alguns constrangimentos na visibilidade do mesmo. Gostaria de saber qual é que é a solução que a Câmara Municipal poderá apresentar para colmatar esta situação.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que tinha algumas perguntas a fazer. Por que razão é que a comissão municipal para os assuntos de segurança ainda não reuniu? Gostava de saber qual o custo de alteração do troço de alta tensão para subterrâneo, com destruição de passeios, feitos recentemente, arruamentos, trabalhos a mais, com imposição de alguém que não quis os cabos a passar junto do que é seu. Tiveram que alterar tudo, ainda por cima, numa altura de mais trabalho, em que transtornava as pessoas que estavam a passar com a recolha dos produtos que possuem. Isto acontece por causa das polémicas bombas de combustível junto da escola. Estão a ser construídas debaixo do troço de alta tensão. Com estes trabalhos, foi feita uma vala junto do aqueduto, onde estragaram um passeio feito recentemente. Uma vala com dois metros de fundo ao lado do aqueduto que nem caboucos tem. Quando vier o inverno a sério, depois falam. Gostava de ter alguns esclarecimentos sobre isto.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que na última Assembleia Municipal foi referida a parceria estabelecida com a Portugal Telecom, que visa a alteração do sinal TV e a introdução do serviço Meo. Queria entender o alcance dessa parceria. Perguntou se poderia ter acesso ao acordo ou contrato. Se a parceria é só para televisão ou se se estende também aos outros serviços da Portugal Telecom, designadamente telefone e internet, e se continua a haver Sportv, porque era interessante e bom para os comerciantes e clientes.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos perguntou se não existe papel a mais na Câmara Municipal, porque tem documentos em triplicado, a não ser que alguém ficasse sem os mesmos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não existe qualquer pagamento do Município de Peniche em relação à exploração da água. Não sabe se é legal. Existe um contrato muito antigo. A única forma que têm de averiguar é questionar as entidades reguladoras do setor e que fazem aplicar a legislação. Não sabe dizer, com rigor, se essa situação está perfeitamente enquadrada e se os Municípios incorrem em qualquer tipo de irregularidade. Os detentores dos sistemas de baixa em Portugal são os respetivos Municípios. Esta situação vem desde os anos cinquenta. Para se poder obter um cabal esclarecimento, esta questão teria que ser dirigida ao organismo regulador ou aos serviços jurídicos. Não conhece nenhum contrato. Procuraram e não existe nos arquivos. Vão obter esclarecimentos sobre este assunto para, posteriormente, informarem a Assembleia Municipal. Sobre a questão da escola de Óbidos disse que a solução está encontrada. É um procedimento que está a decorrer. Quando estiver terminado será devidamente instalado, tal como noutros edifícios. Não vieram logo com a abertura, vieram depois. Acha que há algum exagero dizer-se que existem pessoas doentes por causa disso. Sobre a alteração do troço de alta tensão, disse que é uma linha de média tensão que há muitos anos atravessa a escola e que foi sempre motivo de preocupação para a Câmara Municipal e para muitas pessoas. Não é simpático, existem sempre receios, nunca sabem os tipos de perigos. Nunca lhes agradou ter uma linha de média tensão naquele sítio. Julgou que isso era uma boa notícia, quer para as pessoas que lá trabalham, quer para as famílias, as crianças e para a população em geral. É uma coisa boa, retirar uma linha aérea de média tensão sobre edifícios. A questão foi colocada num sentido bastante crítico, como se estivessem a fazer mal e estivessem a fazer exatamente o contrário do que deviam fazer. É uma opinião, mas não

concorda com ela. Aproveitaram o facto de haver ali um projeto novo, a criação de um novo posto de combustível, para, dentro do quadro dessa intervenção, poderem fazer vingar uma velha pretensão. É uma intervenção que resultou de uma negociação e de uma parceria, que foi executada, do ponto de vista de obras, pelos serviços da Câmara Municipal, que procurou e minimizou todo o tipo de incómodos que pudesse gerar à população. É isto que se pretende numa Autarquia, as equipas próprias a responderem, a saberem fazer o trabalho, a cumprirem os requisitos e a convencerem as entidades, que são muito difíceis, em determinadas situações, de convencer. A partir do dia nove de outubro do corrente ano, está marcada a retirada da linha aérea, que é, na perspetiva da Câmara Municipal, um bem que estão a fazer à qualidade urbana e à qualidade de vida do Concelho. Sobre a parceria com a Portugal Telecom disse que ela vai na sequência de uma velha pretensão. É outra excelente notícia para o Município de Óbidos, na medida em que os habitantes da Vila veem-se lesados na qualidade de sinal de televisão há muitos anos e há muitos anos que o Executivo procura soluções tecnológicas que permitissem pôr qualidade de sinal na distribuição do sinal de televisão intramuros, dar-lhe qualidade e gerar, também, conforto urbano com essa resposta. Conseguiram convencer a PT a fazer o investimento. É um investimento bastante alto, todo assumido pela Portugal Telecom. É um investimento assumido pela empresa e que, de alguma maneira, também aqui testa a possibilidade de se expandir em termos de mercado, no território de Óbidos, com os seus serviços e com a sua capacidade de angariar clientes à custa de uma visibilidade que é estar associada ao Município de Óbidos. Para alguns, isso não tem peso, mas ainda bem que há visão por parte de alguns administradores ou, pelo menos, conseguiram convencer alguns empresários de que é bom estarem associados ao Município de Óbidos. Os trabalhos começaram no início do verão, o primeiro objetivo começa a ser cumprido, que é acabar com as legítimas reclamações que têm há décadas na Vila de Óbidos e que só conseguirão resolver, fazendo investimento, fazendo recuperação, praticamente da rede toda dentro da Vila. Muitos dos aparelhos apodreceram por estarem enterrados. Foi todo um projeto muito interessante, feito há muitos anos, mas que depois não teve durabilidade, não teve capacidade de resistir face às características dos equipamentos e à sua qualidade. Tentou-se fazer política à volta disso, mas as questões são sérias, têm que ter respostas do ponto de vista técnico. Esta é uma excelente solução. Vão ter a PT, por via deste projeto, mais associada a futuras iniciativas do Município. Não os incomoda absolutamente nada. Têm todo o interesse em que a principal empresa tecnológica que têm em Portugal possa estar num clima de parceria e de contacto permanente.-----

---O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro disse que na última Assembleia Municipal esclareceu que tinham fechado com a Portugal Telecom uma antiga ambição de resolver um problema que tem a ver com o sinal de televisão no centro histórico. Em junho foi feito um aviso à população de que tinham estabelecido este acordo, que os trabalhos se iam iniciar e que se poderiam prolongar até ao final do ano. Tendo em conta aquilo que era a ambição da televisão no centro histórico, havia também aquilo que são hoje as soluções tecnológicas disponíveis e fornecidas por esta empresa, em função daquilo que são as necessidades de todas as habitações, sem exceção. Os serviços mencionados pelo Senhor Deputado João Maria Lourenço poderão estar associados neste investimento que é feito pela Portugal Telecom. Este foi também o desejo e a vontade da Câmara Municipal. Disponibilizar aos Munícipes uma mais-valia em relação aos serviços que possam oferecer aos seus clientes. Nesse sentido ficou acordado que, para além de setenta canais de forma gratuita, mediante um acordo com cada residência, poderiam contratar serviços de telefone, internet - uma vez que estão a falar de fibra ótica para conseguirem níveis muito bons - e de canais codificados. Ficou salvaguardado que os valores a apresentar serão também mais reduzidos. Conseguiram alargar este acordo a todos os trabalhadores do Município. Quando estiverem em condições de fechar o acordo com a Portugal Telecom, serão enviados a todos os trabalhadores os preços, muito mais interessantes e atrativos do que aqueles que são praticados no mercado. Em relação à proposta de acordo que têm, ambos estão a discutir algumas questões que foram levantadas por ambas as

partes para que consigam, em conjunto, ter um documento final. Neste momento ainda não podem disponibilizar nada. Estão ainda a discutir algumas questões que não estão fechadas. Logo que o tenham, têm todo o gosto em dá-lo a conhecer. O acordo foi fechado em junho. Durante o mês de julho e agosto a Portugal Telecom esteve a fazer um conjunto de testes em função daquilo que eram as necessidades, para uma intervenção no centro histórico. Já fizeram três reuniões no mês de setembro, com visitas ao local. Estão a analisar as caixas para ver se são compatíveis, ou não, para levar fibra ótica. Há um conjunto de situações que estão a ser estudadas. A solução final irá trazer muitas vantagens e vão oferecer um serviço muito melhor do que aquele que ofereciam nos últimos anos. As pessoas não vão ter que fazer um investimento por causa da televisão digital terrestre e deixam de ter quatro canais generalistas para terem setenta canais associados à Meo.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço agradeceu a explicação dada. Dá a impressão de ser um acordo de princípio de intenções bastante abrangente e que pode trazer uma alteração significativa, que é muito importante. Os particulares, cada pessoa individualmente, pode negociar diretamente com a PT, ou negociar certas condições, dentro do acordo base que existe para o Município. Parece-lhe muito importante as pessoas poderem tirar realmente algum benefício desse acordo. Discorda que o serviço tenha sido tão mau ao longo dos anos. O serviço funcionou. É importante o Município pensar numa linha de apoio. Quando a televisão não funcionava ao fim de semana, não havia ninguém que pudesse dar apoio ao serviço. Perguntou se foi só a Portugal Telecom que mostrou interesse em fazer este investimento ou se a Vodafone e a Sonaecom, que têm este serviço de fibra, também foram consultados e se estavam, ou não, interessados. Há acordo ou não há acordo. Perguntou se havia um acordo de intenções e o que é que existia, concretamente. Não acredita que estejam a fazer isto de trinta e um de boca, como se costuma dizer. Gostavam de ter acesso a um documento para terem a perceção do que é que existe.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que a situação tem melhorado bastante e, certamente, ainda vai melhorar mais, vai ficar boa. Queria saber se existem negociações pré-contratuais, se é um protocolo de intenções, ou se não há nada. Contrato, pelos vistos, não haverá. O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro, por duas ou três vezes, disse que tinham o acordo fechado. Pediu para ser esclarecido. Está fechado, está aberto, está nas negociações pré-contratuais ou está em protocolo de intenções. Só lhe interessa saber se há subjacente a estas negociações todas, em boa hora encetadas, e com resultados práticos à vista, que merece o apoio do PS, alguma coisa escrita e palpável, ou não.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que em relação às águas do Olho Marinho, ficou sem ter uma noção muito clara da situação. As águas do Olho Marinho tinham até características para-termais. Como é que é possível que as águas do Olho Marinho estejam a ser captadas pelo Município de Peniche, estejam a abastecer Peniche gratuitamente. É só essa questão que lhe parece que qualquer falta de ênfase pode enfraquecer a posição do Município e da Assembleia Municipal. Não são águas passadas. Como é possível estarem aflitos com o acordo que têm com as Águas do Oeste, em que têm contratado muito mais água do que aquela que precisam, porque houve um abuso nítido na altura em que foi celebrado o objeto desse negócio com as Águas do Oeste. Foi um erro na representação das necessidades do Concelho de Óbidos. Um erro sobre a base do negócio que pode levar a alterar o mesmo. Estão a pagar água que não gastam, porque não precisam de tanta, e têm imensa água, que precisam, e estão a cedê-la gratuitamente ao Município de Peniche. É uma situação que não se pode manter. Não é uma questão de mera legalidade, é uma questão também de justiça. O que se trata aqui, muito simplesmente, é de um enriquecimento sem causa, das águas de Óbidos a abastecer o Município de Peniche à custa do empobrecimento do Município de Óbidos, que é proprietário daquelas minas de água. Estão a pagar a mais a água que consomem, tendo abundância dela e não falta dela. Qualquer posição a ser tomada relativamente ao regulador das águas, convinha que fosse bem molhada, bem húmida. Que se procurasse

ver nas atas das reuniões do Executivo Camarário da época o que é que lá ficou. Não basta ir procurar o contrato que não há. É preciso ir reconstituir aquilo que aconteceu efetivamente. O Senhor Deputado João Lourenço sugeriu que o contrato tinha sido feito no Porto das Barcas, durante um jantar. Não acha muito estranho, nesse período dos anos cinquenta do estado novo, a translucidez de certas decisões mais opacas. Mas o problema está vivo e as águas são de Óbidos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, em relação à PT, que há o início de uma intervenção e a celebração de um acordo que se pretende que seja o mais sustentado possível. A prova de que não é apenas trinta e um de boca e meras intenções é que há uma mudança muito positiva na qualidade de distribuição do sinal de televisão por cabo na Vila de Óbidos. As coisas estão a acontecer. Haverá o momento dos acordos e da fotografia. Nessa altura enviarão um convite, com o respetivo acordo, ou respetivo texto de protocolo, que será divulgado publicamente. Se tiver alguma coisa que implique qualquer despesa do Município, será apreciado pelos respetivos órgãos. Há uma grande preocupação por terem uma empresa a fazer investimento com base num conjunto de reuniões e de uma estratégia em que conseguiram sensibilizar a mesma. Se o Município tivesse que fazer aqui um investimento e estivesse a acarretar despesa, gostaria de saber em que termos é que essas coisas se estão a passar. Não há nenhum motivo de preocupação. A questão formal existirá. Esta primeira fase é uma fase para testar o funcionamento, porque há um interesse claro, que a empresa transmitiu, que é o interesse de mercado. Não é disseminar canais gratuitos a toda a população, mas procurar angariar clientes, noutras partes do Concelho. Quando o Senhor Vereador Ricardo Ribeiro se refere a acordo, significa construção de uma relação que começou agora. É a primeira vez que ouviu dizer que o sinal de televisão funcionava bem. Não foi isso que ouviu no terreno, nos últimos anos. Disse que estruturam as questões da água numa base regional. Há um modelo que para funcionar precisa que todos contribuam. Face à experiência de contrato que têm, àquilo que é o peso do Município de Óbidos face ao peso de outros Municípios, há que haver no futuro ajustes desse modelo, sob pena de uns ficarem prejudicados, muito prejudicados, em relação a outros. Essa é uma questão. A outra questão é uma questão de fundo que existe. Há dez anos atrás, tinham uma Câmara Municipal que dizia que cortava a água ao Município de Óbidos, onde tinham feito investimento, tinham angariado investimento público, em captações feitas pelo Município vizinho. Por essa razão, uma parte do Concelho era abastecida de água que tinha uma origem diversa. Ela era coberta por uma candidatura e por um projeto intermunicipal. Tinham uma lixeira que era o depósito dos lixos das duas cidades mais próximas e mais urbanas. Óbidos era o menor contribuinte dessa lixeira. Tem menos população, menos produção de lixo, etc.. Tinham um Município que abastecia cerca de metade do seu Concelho com água que vinha buscar ao Concelho de Óbidos. O Município de Óbidos saía a perder sempre nas três frentes, sempre que fez uma espécie de parceria com os Municípios vizinhos. Não sabe o que andaram a fazer nestes vinte anos. Como é que se pode chegar a este resultado final. Dois mil e dois é um momento de transição e é um momento em que esse modelo para a região vem dizer que ao nível das perfurações municipais, locais, concelhias, é para acabar. Iniciaram o processo naquela altura, face à manifestada falta de solidariedade que estava a existir, com ameaças de corte de água e coisas desse género. Começaram a fazer perfurações, muitos investimentos em baixa, implementaram telegestão. Gastaram muito dinheiro. Ao mesmo tempo que entravam num modelo regional, construíram a sua autonomia. Em dois anos e meio passaram a ser autossuficientes. Agora são donos deste recurso que é a água e não deram prioridade às questões de saber se era legal, ou se não era. Os organismos evoluíram muito na questão de legislação sobre este tipo de recursos. O que o preocupa é saber se hoje o Município de Óbidos está a fazer tudo o que tem ao seu alcance e se está escrupulosamente a cumprir a Lei. O que os anima é defender os interesses do Concelho, de uma forma estruturada e de uma forma correta. Peniche não paga a água. Foi sempre dito que tinha havido imensos investimentos e que toda a rede do Olho Marinho tinha sido feita. Enfim, uma série de benefícios, dos

quais a Freguesia do Olho Marinho tinha beneficiado, inclusivamente a atribuição à Junta de Freguesia de cobrar em baixa uma rede que não tinha construído. Nunca levantaram essas questões junto de nenhum organismo regulador, mas podem fazê-lo. A última coisa que querem é estar nalguma situação minimamente irregular. Há uma dúvida sobre a questão da legalidade face àquilo que é a legislação atual. Têm uma situação de conflito permanente com a empresa Águas do Oeste, na medida em que a empresa explora, desde dois mil e três, uma Etar construída em instalações que são do Município de Óbidos e nunca chegou a acordo com o valor que o dono e os avaliadores dão sobre aquele terreno. Não aceitam que um hectare, em cima da Lagoa de Óbidos, tenha uma estação de tratamento terciário, explorada por uma empresa e que continua nesta situação. É o tipo de coisas que não favorecem o desenvolvimento do sistema, que é regional, onde todos se têm que dar bem e cumprir. O Município de Óbidos, hoje, está obrigado, por contrato, a comprar tanta água - mesmo que não a gaste ela é faturada - como Municípios que têm três vezes mais população. São estes desequilíbrios que levam o Município de Óbidos a querer rever o contrato que tem com a empresa. Estão com esse dossier em aberto. Existem empresas a mais, pelo que tem que haver uma reforma no setor da água.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, TMDP, DERRAMA E IRS, PARA O ANO DE DOIS MIL E DOZE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil seiscentos e noventa e nove, de dezasseis de setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis, TMDP, Derrama e IRS, para o ano de dois mil e doze.---
---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se mantêm as taxas, não havendo lugar a nenhuma subida.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis, TMDP, Derrama e IRS, para o ano de dois mil e doze posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS DO PROCEDIMENTO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS E A GRANEL – LOTE UM – CINCO ANOS, LOTE DOIS E TRÊS – TRÊS ANOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil seiscentos e noventa e sete, de dezasseis de setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização, a repartição dos encargos por vários anos económicos do procedimento de fornecimento de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos e a granel – Lote um – cinco anos, Lote dois e três – três anos.-----

---Como não houve intervenções, foi a autorização da repartição dos encargos por vários anos económicos do procedimento de fornecimento de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos e a granel – Lote um – cinco anos, Lote dois e três – três anos, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E COMUNIDADES PORTUGUESAS (DGACCP) E O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil seiscentos e noventa e seis, de dezassete de setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o Município de Óbidos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que recebeu o Senhor Secretário de Estado, que o procurou face ao conhecimento que tem da permanente disponibilidade do Município em criar serviços

que apoiem a população. Foram pioneiros na abertura do primeiro posto de atendimento ao cidadão, fora dos distritos de Lisboa e do Porto, com grande intervenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Foram sempre crescendo e desenvolvendo um conjunto de apoios à população. Há um setor que lhes foi proposto que é o de passar a prestar apoio ao Emigrante, contrariando um certo aproveitamento de desconhecimento que os mesmos têm, por parte de privados e de agências que aparecem por todo o lado. A comunidade emigrante passará a poder dirigir-se ao Município de Óbidos, para tratar, sem custos, das variadíssimas questões que têm por resolver. É mais um serviço de apoio à população não residente. Querem que a Câmara de Óbidos seja uma Câmara simpática para eles e que se habituem, sejam do Concelho de Óbidos sejam de outros Concelhos, a virem ao Município de Óbidos. A ideia é enriquecer a oferta de serviços, neste caso, a um segmento que é muito importante. Abre também caminho a uma relação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde têm alguns objetivos e algumas pretensões, nomeadamente, no âmbito da diplomacia económica, coisa que ficará para uma segunda oportunidade.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que se associam com muita satisfação a este protocolo. Naturalmente que é um ponto a favor do Município e o apoio que pode prestar à população que vai servir.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que António Guterres disse esta semana uma frase que achou muito bonita, e que é a seguinte: “Sempre que Portugal elegeu, aceitou e recebeu os emigrantes só se enriqueceu por isso”.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o Município de Óbidos posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROGRAMA ABC – APOIO DE BASE À CRIATIVIDADE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil seiscentos e noventa e oito, de dezasseis de setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Regulamento do Programa ABC – Apoio de Base à Criatividade.-

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o ABC tem dois anos e tem feito um caminho bastante interessante. Já celebrou cerca de quarenta contratos. É uma estrutura que começou a ser conhecida regionalmente. Na Associação de Municípios vai ser lançado um novo programa, uma rota de apoio ao empreendedor, onde o Obitec aparece já como veículo e como parceiro. Este regulamento vem alargar a questão das funções físicas. Recuperaram a antiga escola da Quinta da Marquesa, onde estão a instalar empresas. No dia dezasseis fizeram a apresentação do projeto que venceu o concurso de ideias para os edifícios centrais do Parque Tecnológico. Esses edifícios centrais têm uma componente para sediar pequenas empresas. Será uma grande alavanca para o desenvolvimento do parque e que será um grande catalisador, na medida em que permitirá instalar algumas boas dezenas de empresas. Estão a tratar da celebração do contrato com a equipa que venceu o concurso de ideias, que tem o financiamento assegurado pelo QREN em oitenta e cinco por cento. Ainda estão a tentar estimular espaços para que as empresas comecem a vir antes dos edifícios estarem prontos. É nesse âmbito que este regulamento deve ser entendido. No fundo é o aperfeiçoamento e alargamento de instalações, para além do Convento de S. Miguel.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço congratulou-se com a situação. Pediu se lhe davam cópia do contrato realizado entre a Câmara Municipal e a Comunidade Intermunicipal do Oeste. Este regulamento é a reformulação do anterior. É definido agora aquilo que na reunião de dezembro de dois mil e nove foi discutido. Hoje define-se claramente que é um contrato de prestação de serviços. No artigo oitavo não se

refere, não se enuncia, nem se concretiza quais são as regras de seleção dos projetos. Já não é a primeira vez que, em várias questões destas, não se concretizam as regras objetivas para a seleção de algumas coisas. Já fez esta crítica em vários casos. No artigo oitavo não se diz com base em que critérios, não se objetiva. Isso é um ponto muito importante que pode levantar algumas celeumas amanhã.-----

---A Senhora Deputada Celeste Afonso disse que esta proposta de alteração ao Regulamento do Programa ABC resulta da necessidade de ampliar os espaços físicos da incubadora, evidência de que Óbidos está a construir um novo paradigma de desenvolvimento, onde a criatividade humana assume um papel central como produtora de valor social, económico e cultural. O novo milénio trouxe consigo a afirmação da Idade Criativa, em detrimento da Idade Industrial, com a aplicação do conhecimento ao conhecimento. A emergência das Indústrias Criativas é um dos fenómenos mais representativos na mudança da estrutura económica das regiões e dos países. Óbidos entrou na competição entre cidades, desencadeada pela globalização, e, neste desafio global, apostou na inovação e na criatividade como principais ferramentas para enfrentar os desafios estruturais da nossa economia. Através do seu Plano de Metas para tornar Óbidos numa Economia Criativa, Óbidos tem implementado um conjunto de ações que visam projetar uma dimensão criativa e inovadora do território, capaz de atrair a classe criativa e de fazer do território um lugar de excelência onde se deseje viver e trabalhar, indo ao encontro do preconizado pelos mais prestigiados autores e pelas agências e instituições de referência. Além de um conjunto de ações que estão em fase de projeto (como é o caso da Praça da Criatividade que será objeto de reflexão mais adiante) ou a aguardar financiamento, há hoje um conjunto de iniciativas que permitem a Óbidos afirmar-se como Vila criativa, como são exemplo: o projeto educativo municipal, que aposta, também e acima de tudo, na educação para desenvolver competências criativas; o programa Urbact II – Rede de clusters criativos em áreas urbanas de baixa densidade; a agenda criativa de eventos; um conceito criativo e inovador de habitar; uma forte preocupação ambiental; cultura popular versus economia criativa; eventos pontuais, como o Tedxjovem; e o Parque Tecnológico e o ABC - Apoio de Base à Criatividade. Ciente da urgência de avançar com as indústrias culturais e criativas, desde setembro de dois mil e nove que está em funcionamento a incubadora ABC - Apoio de Base à Criatividade. Com a crescente procura, o ABC apostou na incubação virtual (contando atualmente com cerca de quarenta empresas, na sua maioria start-ups) e sente necessidade de criar outras células. É de salientar que, nestes dois anos de existência, a taxa de mortalidade de empresas é muito reduzida, o que contraria estudos feitos sobre incubadoras de empresas. Se se fizer um levantamento das atividades e iniciativas de cariz criativo e cultural existentes no concelho, percebe-se que são inúmeras e que resultam das políticas deste executivo nos domínios do estímulo à criação, polarizada pela referência a um sistema dinâmico, evolutivo e interativo, onde as atividades elementares se estruturam através de múltiplos processos que se ancoram no passado (através de ações de preservação da memória e de conservação do património), se enriquecem no presente (através de iniciativas e atividades inovadoras e criativas) e se projetam no futuro (através da geração de novos padrões de modernidade, singulares e cosmopolitas). É a esta visão que se ancoram conceitos como “cidade Criativa”, “Indústrias Culturais e Criativas”, “Cluster criativo”, “Economia Criativa”, resultantes de uma política de articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos. Segundo os últimos dados, cerca de sessenta indústrias criativas desenvolvem a sua atividade no concelho - quer estejam em incubação no ABC, em incubação virtual, sediadas no Parque tecnológico ou sediadas do concelho - e estão distribuídas pelos vários setores da ICC. Óbidos tem trilhado caminhos para se afirmar como uma localidade onde as políticas culturais - suporte de uma visão estratégica de criatividade – podem alavancar a economia e afirmar o lugar como “cidade criativa”. Este esforço e esta aposta têm feito de Óbidos uma referência, nacional e internacional, - enquanto política de inovação que aposta nas políticas culturais e na criatividade (como, aliás, o atestam os inúmeros convites que o município tem recebido para participar em congressos

nacionais e internacionais, os prêmios com que tem sido distinguido e os inúmeros estudos de caso que estão a ser feitos sobre Óbidos). Óbidos é reconhecida como uma vila da contemporaneidade e o facto de hoje ser apontada como exceção deve-se a uma visão estratégica assente numa política cultural forte e transversal aos demais domínios de atuação do município. Tudo isto torna evidente que Óbidos tem traçado as suas políticas culturais indo ao encontro do que hoje se denomina de “capitalismo criativo”, assente não apenas na estratégia da clusterização económica da vila e no capital humano, mas sobretudo no capital criativo, estabelecendo que as pessoas criativas são o motor de força do desenvolvimento económico.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que este regulamento vai ao encontro das questões colocadas pelo Senhor Deputado João Lourenço. O que há é uma revisão sob a forma de um novo regulamento. Não lhe parece que os critérios do artigo oitavo sejam vagos. Os critérios são simples, objetivos e são os seguintes: alinhamento com o setor das indústrias criativas, qualidade do projeto e disponibilidade de espaços. São conceitos bem concretizados e bem fixados no próprio texto.-----

---O Senhor Deputado Rui Vargas disse que os critérios estão devidamente identificados. Critérios de alinhamento com o setor das indústrias criativas. Isto é um conceito ou poderá ser um princípio plasmado no regulamento, também em termos de legislação de aprovação de apoios ao abrigo do QREN. O próprio plano tecnológico, aprovado pelo governo de então, refere exatamente os mesmos critérios, ou seja, se aqui está um conceito vago, esse conceito vago não foi criado pelo ABC, pelo Município de Óbidos, antes foi criado pelo governo de então que criou o plano estratégico e faz exatamente esta mesma referência. Os critérios aqui estão devidamente identificados e não trás qualquer alteração ao próprio regulamento e ao que já vem acontecendo. Deu os parabéns ao ABC e à Câmara Municipal pelo excelente trabalho que têm feito neste âmbito.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que já visitou as instalações. Conhece, mais ou menos, como é que funciona o ABC e o mesmo funciona bem. Tem trazido imensas vantagens para o Concelho. Conhece uma série de empresas que se estão a tentar implantar e que têm tido ajuda do Município através do ABC. Não percebeu muito bem este barulho todo, por uma coisa que era para aprovar sem problema nenhum. É uma coisa que está bem, funciona bem, ninguém disse nada contra nem criticou. Acha que estão a empatar um bocado. Opiniões jurídicas são opiniões. O ABC está bem e deve continuar.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que está tudo bem, mas parece que não está. No momento que estão a passar, aceitam todas as empresas que tenham uma ideia engraçada de negócio e ajudam-nas a implantar-se. É nisso que estão concentrados. São todas bem-vindas. Nunca disseram que não a nenhuma empresa, porque há uma espécie de seleção natural. As empresas, se não tiverem base criativa, nem sequer se metem dentro desta comunidade. Não há possibilidade de existir, de ganhar projeção, de crescer, se estiverem a disfarçar qualquer coisa. Face ao período económico e social que estão a viver, oxalá apareçam mais empreendedores, mais gente a querer passar de empreendedor a empresário. Estão cá para ajudar com o conhecimento que têm. É importante que saibam todos que o Município passou a ter uma atitude mais agressiva nesse campo. Passou a dar prioridade onde não dava e está a destacar-se nessa área. É assim que, lentamente, vão mudando a imagem do Concelho, que era, até há dez anos atrás, um Concelho com um castelo muito bonito, para virem passear. Hoje começaram a aumentar o tecido empresarial, o valor do PIB concelhio, a criação de emprego. Estão com indicadores bastante interessantes, face àquilo que estão a atravessar. Não ouve ninguém, quando ao decréscimo do número de desempregados no Concelho, fazer nenhuma intervenção. Só ouve quando ele sobe. Estas questões da economia são para serem entendidas a esta luz. Venham elas, são todas bem-vindas. Procurarão acomodá-las da melhor maneira que podem, para que, às vezes, simples ideias possam

transformar-se em bons negócios e simples empreendedores, homens e mulheres, possam evoluir para empresários. Estas estruturas existem para ajudar gente como esta, que tem vontade de empreender, de inovar, de fazer coisas, a transformarem-se em bons empresários e a poderem ter um desenvolvimento empresarial. O Concelho de Óbidos criou aqui um veículo, um programa, um instrumento, para aprofundar isto e tem a certeza que quando tiverem as instalações, mais área, esta estratégia de atrair a chamada classe criativa vai ser cada vez mais evidente e vai puxar o Município para um patamar que todos desejam, que é um patamar de maior reconhecimento público, face à importância para a economia do país e para os temas da vanguarda, para as questões da inovação, para o domínio tecnológico, para uma zona que, de facto, o Concelho de Óbidos não estava habituado a aceder. No dia dezasseis tiveram um exemplo muito prático daquilo que está a acontecer. Um grupo de empresas está instalado perto do parque tecnológico, no Bairro da Sr.ª da Luz, de onde desenvolvem coisas que vão desde a segurança do espaço às tecnologias de informação, do melhor que se faz no mundo. Um dos maiores clientes que uma empresa tem é só a maior elétrica do mundo, a EDP da China. Há também a produção de sistemas e soluções para grandes multinacionais que passam despercebidos e que só alguns setores do país conhecem. Têm hoje uma capacidade de acolher e de atrair. É isso que têm que incentivar. Que se requalifiquem espaços, porque o Concelho de Óbidos tem de crescer nesse sentido. Esta é a estrutura que de alguma maneira estão a encubar, que é o ABC, uma pequenina estrutura, cofinanciada por fundos comunitários, e que tem aqui um papel de ir gerindo cada vez mais espaços. Espera que isto continue e que se façam novos contratos. Não é fácil atrair empresas. Ficou sensibilizado com a intervenção da Senhora Deputada Celeste Afonso. Um parque tecnológico precisa de muitos anos para se afirmar. Têm que ter a consciência do médio e longo prazo. Têm que puxar todos para o mesmo lado.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração do Regulamento do Programa ABC – Apoio de Base à Criatividade posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL, APRESENTADO POR STANDUP PORTUGAL ACADEMY, LDA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e noventa e nove, de vinte e oito de agosto do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, o Pedido de Declaração de Interesse Municipal, apresentado por StandUp Portugal Academy, Lda.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é uma empresa de um Concelho vizinho. É um operador turístico que tem desenvolvido parcerias. Pediu uma coisa simples aos órgãos deste Município, mas importante no sentido de poder apresentar candidaturas ao QREN. A proposta da Câmara Municipal foi favorável. Passaram-na a todas aquelas que procurem, desde que cumpram, princípios de desenvolvimento sustentável, que ajudem a fortalecer a economia do turismo, no caso de empresas de turismo, e que tragam benefícios, como é o caso.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que já esperava por isto há muito tempo. Uma empresa a explorar a albufeira da barragem, etc.. A albufeira da barragem é um pântano. Está com pouca água e a mesma cheira mal. É um depósito de lixo para quem lá vai à pesca. A Câmara Municipal devia de se inteirar e de fazer alguma coisa com o INAG no sentido de ver a situação da pesca na barragem. Aquele peixe, quanto a si, é impróprio para consumo. Há muita gente a pescar deixando lá o lixo. Está a ficar uma autêntica lixeira, para além da água estar no estado em que está. A barragem continua aberta, a albufeira continua a ter pouca água, pelo que está no estado em que está. Já esperava que o aproveitamento da barragem fosse feito com uns botezinhos de água para passear turistas e outros. Isto tem muita gravidade. Supõe que aquilo nunca vai ter o aproveitamento devido. A água da barragem nunca vai para rega, que foi para o que ela foi feita. As infraestruturas nunca mais são concluídas. É

muito triste estar a dirigir estas palavras. Vai votar contra.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que para um Concelho que tem duas áreas, a Lagoa de Óbidos e a albufeira do Arnoia, com as potencialidades que tem para os desportos náuticos, é evidente que passar uma declaração de interesse público municipal a uma empresa que pretende operar nessa área faz muito sentido. Espera que isto signifique também a deslocalização das suas instalações do Concelho da Lourinhã para o Concelho de Óbidos, como mencionam nos documentos, porque tinha mais interesse, ainda, do ponto de vista da retribuição. Por outro lado, ficou surpreendida com esta modalidade desportiva. Foi procurar saber e achou muito interessante.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado pediu que a Câmara Municipal intercedesse no sentido de ajudar a requalificar ou qualificar a barragem do Arnoia. Vão imensas pessoas pescar para ali. Não há, obviamente, caixotes de lixo. Aquilo está num estado muito degradado. Sabe que algumas associações de caça estão a tentar a concessão da barragem e albufeira para que passem a ser eles a fiscalizar esta limpeza, que não é assim tão desprovido de sentido, nem é assim tão de somenos importância. Quando enche, leva a que haja ali, a flutuar, imenso lixo. Estão sempre à volta de vinte pessoas, durante o fim de semana, a pescar todos os dias. Tendo em conta que vai ser desenvolvida uma atividade turística naquela zona, há todo o interesse em que a Câmara Municipal tenha esse fator em atenção, para não ficarem mal vistos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o assunto não é a albufeira. O assunto é a declaração de interesse municipal de uma empresa que dá como exemplo esses espelhos de água. Não quer dizer que vá lá fazer coisas, ou que façam lá muitas coisas. As empresas procuram legitimamente desenvolver atividades. Isso é bom, criam emprego. É isso que têm que apoiar. Se querem uma declaração de interesse é porque querem investir em Óbidos. Há algum órgão municipal, que se prese, que diga que é triste uma empresa querer investir no Concelho, para praticar desportos náuticos? Podem, hoje, conjecturar contra tudo o que quiserem, mas também não convém exagerar, para não caírem no ridículo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi o Pedido de Declaração de Interesse Municipal, apresentado por StandUp Portugal Academy, Lda posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor, um voto contra e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO, APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil novecentos e noventa e seis, de onze de agosto do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, a Proposta de Alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais.-----

O Senhor Deputado João Lourenço disse que não leu o regulamento dos cemitérios. Alertou para o fato do portão do Cemitério Municipal de São João não fechar há muitos anos. Quem fecha muitas vezes o portão à noite é ele, que o puxa quando lá passa. Até se admira como não há ali assaltos, porque existem, naquela zona, muitas outras atividades, que a Câmara Municipal tinha obrigação de chamar à atenção. É mais de natureza policial. Aquela zona, à noite, é muito mal frequentada. Chamou à atenção para o fato, antes que haja, qualquer dia, alguma coisa desagradável. Há ali movimentos criminais de várias naturezas. Solicitou que fosse colocada uma fechadura no portão.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO OITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO VENDEDOR AMBULANTE NO CONCELHO DE

ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil trezentos e cinco, de vinte e nove de agosto do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Regulamento do Vendedor Ambulante no Concelho de Óbidos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que pretendem aliviar o elenco camarário de tanta apreciação de venda ambulante que aparece, fazendo uma delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal e autorizando o mesmo a subdelegar esta competência. Não justifica que estes pedidos vão à reunião de Câmara, quando podem ser despachados por outros serviços. Estão a trabalhar num novo regulamento, que vai trazer um ordenamento e uma dignificação bastante grande à causa da ocupação do espaço público e à resposta aos pedidos que chegam à Câmara Municipal por parte das pessoas, sejam residentes ou não no Concelho de Óbidos, para emissão do cartão de vendedor ambulante. É uma situação que necessita de uma intervenção por parte da Câmara Municipal. Estão a trabalhar muito, no sentido de apresentar uma nova proposta de regulamento.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que o problema do vendedor ambulante tem por base um regulamento muito antigo. Vem lamentar-se novamente de uma guerra que teve na Assembleia Municipal, onde foi muito criticado e muito derrotado, quando pretendeu fazer umas alterações ao regulamento das feiras e mercados e ao regulamento das posturas municipais. Quando se fizeram umas alterações das feiras e mercados e quando se fez uma alteração do regulamento das posturas, disse que se deveria fazer uma alteração que envolvesse e abrangesse - era uma coisa com um âmbito bem conseguido nesses regulamentos - os novos eventos, tais como o Festival de Chocolate, a Feira Medieval, etc.. Chamou à atenção da Senhora Vereadora Rita Zina, porque está na ata da Assembleia Municipal de cinco de junho de dois mil e seis e pediu para ler o que lá está escrito. Não há razão nenhuma para não abranger nesses regulamentos o regulamento das feiras, código de posturas e o regulamento do vendedor ambulante, as questões relativas a esses grandes eventos, tais como a Feira do Chocolate, a Feira Medieval, etc.. É completamente inacreditável que essa matéria não esteja incluída nos regulamentos que existem. É isso que faz todo o sentido. Já que estão a reformular o regulamento do vendedor ambulante, reformulem também o regulamento das feiras e o código de posturas, com base nesses princípios.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que se regozija com este elemento e vai votar favorável. Há uns vendedores ambulantes dentro da Vila que é uma tristeza. Metem a manjedoura à frente dos bois, como se costuma dizer. Daqui a pouco as mesas chegam à Câmara Municipal. Os turistas vão na rua a tropeçar em quem está a comer e a beber. Têm que tomar isto também em atenção. Parece que são também vendedores ambulantes.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é precisamente nisso que estão a trabalhar. Estão a trabalhar num novo regulamento, no qual introduziram questões muito diversas, que vão trazer alguma originalidade à forma como entendem a ocupação do espaço público. Acompanha estas preocupações. Estão a trabalhar para defender o património, valorizá-lo, mas também acomodar alguma iniciativa, alguma dinâmica, que vem até Óbidos e que faz animação de espaço público.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento do Vendedor Ambulante no Concelho de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – PARA CONHECIMENTO, PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO DOCUMENTO COMPLEMENTAR DO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO, CELEBRADO ENTRE A BÉLTICO – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A. E O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, EM DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E CINCO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e cem, de vinte e dois de agosto do corrente ano, remetendo para conhecimento, a

Proposta de Alteração ao Documento Complementar do Contrato de Urbanização, celebrado entre Báltico – Empreendimentos Turísticos, S.A. e o Município de Óbidos, em doze de maio de dois mil e cinco.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que foi feita ao Executivo uma proposta que lhes pareceu bastante interessante e foi votada por unanimidade. Em sede do contrato de urbanização, a Câmara Municipal teria direito a uma loja e um apartamento que estava em construção na zona que procede o contrato antigo do empreendimento Báltico. A proposta era no sentido da Báltico poder ficar com eles. Se não houvesse a proposta, podia a Câmara Municipal ter a liberdade de os poder colocar no mercado ou de os utilizar. Não existe, na perspectiva da Câmara Municipal, nenhum interesse em ter um apartamento. Uma loja podiam ter, mas poderiam sempre resolver essa questão através de outra forma. Foi feita uma avaliação sobre o preço. O valor que foi proposto está referenciado. Pareceu à Câmara Municipal ser uma excelente proposta, que contribui para a execução da receita e que responde favoravelmente à pretensão do requerente que, ao que parece, tem estado a comercializar bem. Acharam que esse dinheiro seria mais bem empregue na obra pública.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DEZ – PARA CONHECIMENTO, SOLUÇÃO DO PROJETO URBANO DA PRAÇA DA CRIATIVIDADE, APÓS PARECER FAVORÁVEL DE DRCLVT / IGESPAR: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil oitocentos e vinte e sete, de vinte e um de setembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Solução do Projeto Urbano da Praça da Criatividade, após parecer favorável de DRCLVT / IGESPAR.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que trabalham na requalificação de Óbidos desde o primeiro dia. Têm uma série de empreitadas a decorrer. Existe um trabalho no sentido de fazer com que o centro histórico seja um património requalificado, construído, seja um novo património. Nesse sentido acha que não podem desperdiçar aquilo que, para além de ser uma vontade e um desejo, é o de finalmente encontrarem um instrumento de funcionamento para concretizarem uma velha ambição. Estudaram muito toda a área de expansão da Vila de Óbidos. Óbidos tem um conjunto de características que colocam a visão dessa expansão, fundamentalmente, para um determinado sentido, uma vez que têm limites de terreno e de proteção jurídica, de reservas ecológicas que impedem qualquer projeção de planeamento urbano nesse sentido, a não ser para espaços verdes, ou coisas desse género. Convidou um arquiteto que tem uma grande obra neste país e que podia ajudar a facilitar um bocadinho um trabalho que é muito complexo, que é trabalhar junto de áreas classificadas. Daí surgiu um convite ao arquiteto Manuel Tainha que durante algum tempo trabalhou com a Câmara Municipal. Conseguiram aproveitar até um conjunto de financiamentos para que esses estudos pudessem ser aprofundados. Foram criadas um conjunto de unidade de execução. Tiveram a oportunidade de perceber que as várias zonas, desde a entrada da Vila de Óbidos até à zona do Pingo Doce, poderiam ser trabalhadas separadamente, sem nunca perder a ideia do todo e a ideia virtual. Têm características físicas que permitem que se percebam facilmente onde é que poderiam acontecer essas unidades de execução. Estão a atacar várias áreas à medida que a situação do investimento, ou a possibilidade de fazer esse investimento, vai sendo favorecida. A cidade faz-se lentamente. Não podem fazê-la toda à pressa. O planeamento e a arquitetura também são assim. O que hoje gostam muito, o tempo muda. Deixaram que as coisas respirassem e que o tempo amadurecesse a qualidade de intervenção. Associado a isto surgiu uma garantia no sentido de que podiam avançar porque o financiamento estava assegurado. Não iriam avançar com estudos urbanísticos, com projetos de arquitetura ou mais estudos, se não tivessem, de facto, garantias de financiamento que cobrissem esses mesmos estudos, para além do próprio investimento. Os estudos acabam por ter um peso muito pequeno no total dos investimentos que estão a fazer. Candidataram este projeto ao QREN, a Praça da Criatividade, que também só foi possível fruto de um trabalho, que parece

que está invisível. Lembrou que não seria possível antes da construção do complexo logístico municipal. Não seria possível hoje sem a construção do novo quartel dos bombeiros. Não seria possível hoje se não tivessem o novo posto de abastecimento de combustíveis na Vila de Óbidos, para servir a população do Concelho de Óbidos. Se não tivessem conseguido mudar, construir noutro lado, realocar, podiam ter um plano muito bonito, muito interessante, mas não era possível concretizá-lo. Nesse sentido, o que vão hoje apresentar, é uma proposta que é fruto de um trabalho dos últimos dez anos, de amadurecimento, de planeamento, de várias visões e de um trabalho que parece que está na retaguarda, realocação de espaços, mas que foi sempre pensado desde o início. Às vezes é preciso bastante tempo para fazer a cidade e para se fazerem operações de requalificação. Querem refuncionalizar os antigos grémios da lavoura. Vão demolir o que não tem qualidade arquitetónica e vão dar uma coisa que Óbidos merece. Óbidos não merece apenas que seja bonita a partir da muralha e onde está a muralha. Precisam de chegar a Óbidos e ter uma zona muito requalificada e de pensar o espaço extramuros. Nesse sentido, querem fazer uma intervenção responsável, uma intervenção interessante e uma intervenção que traga uma coisa, que traga vida. Querem mais espaço público, onde haja sempre gente. As escolas reabriram e reabriram bem. Estavam cheias de pais. Parecia que estavam a inaugurar outra vez. Construíram edifícios que são ocupados diariamente, onde as pessoas vão, vivem e passam a viver. Dantes as pessoas não apareciam no primeiro dia de aulas. Foi lançado um compêndio com as sessenta escolas modelares para a OCDE, em Paris, onde consta o Complexo dos Arcos, como uma das escolas mais interessantes que existem por esse mundo fora e, portanto, digna de estar lá. Isso é uma coisa que deve orgulhar a todos, apesar de sempre faltar isto ou aquilo. Quando constroem os edifícios, os espaços, é com a lógica de pôr lá vida, pôr lá gente a trabalhar, desenvolver programas que permitam que dê vida à população. Não faz sentido construírem espaços que depois não são habitados, construírem coisas que depois são pequeninas ou grandes elefantes brancos, que depois não têm qualquer ocupação. É um sentido que quer frisar e onde, obviamente, as questões da criatividade, da inovação, da juventude, têm que estar presentes. A Óbidos contemporânea é isso. É Óbidos que bata nesses valores, que insista nessas questões e que faz o seu caminho, ano após ano, aumentando os seus meios, os seus recursos, os seus passos, os seus apoios, para que cada vez mais Óbidos tenha pessoas interessadas, pessoas de classe criativa e que se misturem e venham para cá viver, ou que sejam de cá e sejam estimulados a serem inovadores, a serem empreendedores. É para isso que estão a lançar este projeto novo, garantindo uma imagem urbana muito mais interessante do que aquela que têm daquele espaço. É a tal oportunidade de execução financeira que está assegurada, que os leva a este ponto e, em tempos de crise, estarem a fazer apresentações de investimento, que é notável. Estão a falar de obra e investimento. Em plena crise as coisas estão a acontecer. Há mais coisas para fazer, mas não conseguem dar resposta a tudo. Sabem que falta isto ou aquilo, mas vão, passo a passo, fase a fase, área a área, procurando dar respostas. Depois destas já será mis fácil acudir a outras zonas, outras obras, aquedutos, outras áreas do património que têm para recuperar. Sempre que surgir oportunidade de haver um financiamento para fazer essa recuperação, ou de terem possibilidades financeiras para o fazerem, farão. Têm que ter a convicção e a capacidade de fazer cada vez mais. A Câmara Municipal de Óbidos tem-se aguentado muito bem. Está a baixar a dívida a fornecedores, fortemente, cada vez mais. Quem tem capacidade de executar é que vai buscar o dinheiro.-----

---A Senhora Vereadora Rita Zina explicou quais os propósitos que têm presidido à requalificação da Vila de Óbidos e à Praça da Criatividade. Fez uma análise detalhada das habitações que estão a ser alvo de reabilitação na Vila de Óbidos.-----

---O Senhor Arquiteto Jorge Sousa Santos fez uma apresentação do projeto urbano da Praça da Criatividade, que pretende requalificar a entrada norte da Vila de Óbidos. A área de intervenção é superior a dezoito mil metros quadrados e compreende o espaço onde estão localizados os armazéns da

EPAC, as antigas oficinas da Câmara Municipal, um posto de combustível e o antigo quartel dos Bombeiros. De acordo com a memória descritiva do projeto, esta intervenção visa dotar aquela área de equipamentos que permitam a sua ocupação e fruição. Será feita a reabilitação do edifício dos armazéns da EPAC, agora denominados “Armazém de Ideias”, através de uma intervenção ligeira que garanta as necessárias infraestruturas à sua utilização como espaço de eventos. As alterações situam-se basicamente na reconstrução da cobertura, na renovação dos vãos que já existem, no tratamento dos pavimentos e remodelação das infraestruturas elétricas, das águas e esgotos. Será construída, no antigo quartel dos Bombeiros e bomba de gasolina, a “Creative Box”, que irá servir como apoio ao “cluster” criativo de Óbidos, sendo utilizado como espaço de incubação de empresas e exposição de produtos e trabalhos. Trata-se de um edifício muito elástico, com grande possibilidade de transformação ao longo do tempo. No exterior será criada uma praça principal e uma praça alta, procurando sempre encontrar a melhor forma de ligação ao espaço envolvente. O sistema de arranjos exteriores vai permitir que a estrada nacional cento e catorze deixe de ser apenas uma via, passando a ser uma rua, que será repavimentada de forma a restringir a velocidade de circulação de veículos. É também criada uma marcação volumétrica com canteiros sobrelevados para individualizar a área exclusivamente pedonal. Dos elementos já existentes será mantido o elemento escultórico Mão, assim como uma árvore. O alinhamento da estrada será reforçado com plantação de mais árvores, de grande porte, para promover uma ambiência mais fresca e uma estrada mais agradável, ao mesmo tempo que define os limites de segurança da própria praça. A ligação à praça alta, situada numa cota superior, é feita através de uma escadaria entre os novos edifícios e o muro de suporte que confina com a parcela vizinha. Esta intervenção tem um custo estimado de um, vírgula, cinco milhões de euros.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues agradeceu as intervenções e as posições que foram apresentadas. Acha a solução muitíssimo interessante do ponto de vista arquitetónico e urbanístico. Agrada-lhe muito a ideia de fazer moldar elementos de uma arquitetura contemporânea com aquilo que é o património histórico da Vila. Acha muito interessantes os desenhos que foram apresentados. Aquela zona que vai ser intervencionada está muitíssimo desqualificada e suja. Tudo quanto viesse para ali, mais a mais um projeto com grande qualidade, é muitíssimo bem-vindo. Sabem que há dinheiros comunitários disponíveis e para aproveitar as verbas do QREN tinham que ser rápidos. As instâncias oficiais aprovaram, nomeadamente o IGESPAR. Está totalmente de acordo com o que foi apresentado. Algumas dúvidas que tinha ficaram dissipadas. Estão muito satisfeitos por isto e acham que é por aqui que devem caminhar. Tanto quanto sabe, foram feitos ajustes diretos para fazer os estudos desta área. É uma forma de obviar. Percebe o argumento de que o concurso público iria pôr em causa o bom aproveitamento do QREN. Se estão a trabalhar há tantos anos nisto, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, também seria de bom tom que se tivesse pensado na questão do concurso público que consagrasse uma solução integrada e que fosse mais transparente a escolha da intervenção do arquiteto que vai fazer os trabalhos. Não tem nada a ver com a opção que foi feita. Estas coisas deviam de ser feitas de outra maneira, pois estão a falar de dinheiros públicos. Sublinhou o elevado interesse do projeto e da grande requalificação que vai trazer àquela zona. Ficou com dúvidas sobre a questão da estrada. É dito que é a conversão de uma estrada para rua, que é lógico e óbvio. A questão do revestimento com azulino cascais também lhe parece interessante. Nada disto faz sentido, se continuar o tráfego a passar por ali, pela estrada nacional cento e catorze, com o tráfego que tem atualmente. Perguntou onde é que está pensado passar a estrada, se é aquele projeto de que tinham falado em tempos e que está, eventualmente, um pouco atrasado, para fazer desviar o trânsito por trás. Não lhe parece que obrigar o tráfego a circular de forma mais lenta, seja solução para isto.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que está de acordo com a reabilitação daquela zona. A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues já disse quase tudo o que queria dizer. Estranha que a

estrada não seja alterada. Fazer aquela requalificação sem tirar o trânsito, não faz sentido.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que o Grupo Municipal do PSD se manifestou com uma pequena ovação. Pareceu-lhe que não foram muito elegantes e justas as observações da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues a propósito do procedimento seguido pela Câmara Municipal, no sentido de encomendar este trabalho. As candidaturas são separadas. A questão urbanística e intervenção exigem um trabalho, a execução física exige outro e os arranjos exteriores exigem outro. Há uma necessidade de integrar estas três fases, que são diferentes em termos de execução, numa única conceção. Em termos abstratos concorda com as observações, mas com os termos concretos em que a questão se põe e o sucesso no sentido de boas escolhas que têm sido feitas pela Câmara Municipal, também reforçam isso. Ainda hoje foram apresentados mundialmente os sessenta edifícios escolares da OCDE e está lá a Escola dos Arcos. Também seguiu a mesma metodologia de escolha. Da integração da conceção e da execução de uma forma particularmente exigente e não desdobrado em parcelas. E foi o que se viu, melhor do que qual outro no nosso país e mais barato que qualquer outro trabalho escolar. Com ajuste direto, a Escola dos Arcos custou menos, metade, do preço por sala de aula, do parque escolar, com acabamentos de excelente qualidade e com outra qualidade. É uma crítica que é muito chavão, é muito costumeira, habitual e frequente, que pode ser boa no geral, mas no concreto é preciso ver e observar se é justa, ou não. Neste particular e neste caso concreto, parece-lhe ser injusta.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço deu os parabéns ao Executivo. Gostou da apresentação. Agradeceu ao Executivo por ter discutido este tema na Assembleia Municipal. Estão a falar numa área de intervenção de dezoito mil e oitocentos metros quadrados. No documento de proposta para intervenção a Praça da Criatividade, os Armazéns de Ideias e o Creative Box totalizam nove mil, dez mil metros quadrados. Não viu o Senhor Arquiteto falar da Praça Alta. Acabou por não perceber se vai ser objeto de intervenção. Não percebeu se os balneários do campo de futebol vão continuar lá, ou não. Não percebeu se o azulino cascais vai estar nesta primeira fase de intervenção, ou não. Na estimativa de custos que é apresentada, não vem o custo das demolições. Perguntou qual era o valor de participação da Câmara Municipal. Gostou de saber que há uma série de edifícios em Óbidos que estão a ser recuperados. Perguntou se tinham alguma ideia para recuperarem aqueles que não são da Câmara Municipal.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que não foram apresentados estudos sobre a situação dos parques de estacionamento. O estacionamento em Óbidos, na altura dos eventos, é complicado. Perguntou se a futura empreitada, destinada à requalificação ou criação de parques de estacionamento, será simultânea com a requalificação desta praça ou, não sendo simultânea, se o estacionamento se vai verificar nos locais que estão a ser agora utilizados para esse fim.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que está muito satisfeito, sobretudo por verificar que se está a fazer aquilo que ele ambicionava que se fizesse. Falta as maquetes. Tiraram-lhe as dúvidas quase todas. Existem dois planos. Um é plano de pormenor de salvaguarda e outro é plano de pormenor de expansão urbanística. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em tempos, disse que estes planos se colam. Gostava de ver toda a situação concebida no seu conjunto, ou pelo menos idealizada no seu conjunto, embora reconheça que isso talvez não se consiga, como já se disse, sem ser por fases. Gostava que tivessem uma visão de conjunto. Como disse em fevereiro de dois mil e dez, qualquer coisa é muito melhor do que aquilo que lá está. Não sabe se aquele espaço que se chama a ilha, e que vai ficar na mesma, não seria o primeiro que devia de ser arrasado. O seu contributo é este. Se isto continuar a ser analisado, estudado, ponderado e executado, com a seriedade com que vem sendo e que muito agrada, então, depois aquilo que ficar feito é uma obra de todos. Não haverá ninguém que possa dizer que se fez ali um mamarracho, que aquilo é indecente, que a Câmara Municipal fez uma obra inacreditável e que toda a gente concordou. Depois da ponderação e do cuidado que tem havido então nunca mais venham

atirar pedras à Câmara Municipal, nem a ninguém. Aquilo que ficar fica para as gerações que se seguem, com toda a tranquilidade. Todos fazem o melhor que podem e sabem. A partir daí não será admissível quaisquer espécies de críticas, porque estão, agora, nesta fase, serenamente a analisar e a ponderar todas estas situações.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que estão a cumprir as negociações de procedimento. Está há quase dois anos a fazer um concurso de ideias, porque tinham tempo. O júri teve um trabalho difícil. Apareceram vinte e quatro projetos. Cinco ou seis projetos foram bastante interessantes. Todos os custos são cofinanciados. A área de intervenção é basicamente a que foi apresentada. É onde havia o antigo quartel dos bombeiros, os armazéns da Câmara Municipal e o campo de futebol, sendo que a proposta do campo de futebol é uma proposta de regularização e de arborização, para ordenar melhor o parque de estacionamento. É uma proposta de custo muito baixo. A estrada na frente da Praça da Criatividade está envolvida, porque querem que a estrada não se perceba. Não importa nada que a estrada seja uma estrada urbana e quem vem para a Vila de Óbidos atrevesse uma praça. Se um dia tiverem uma alternativa em termos de estrada nacional, vão trabalhar nessa alternativa. Estão a trabalhar numa alternativa para que quem não quer vir a Óbidos, esteja só de passagem, mas que não escolheu outra estrada para o fazer, faça um traçado diferente. Não lhes aborrece nada que uma praça possa ser atravessada por carros. Uma coisa é o ritmo do trânsito urbano. Outra coisa é o ritmo da passagem pela estrada nacional. Esta questão está a ser trabalhada. Não a misturam, porque iriam atrasar todo este processo. Há soluções de atravessamento que estão a estudar e têm que ser trabalhadas pela Direção-Regional de Cultura, pelo IGESPAR e por outras entidades. Há aspetos de engenharia e a questão do atravessamento. Se a operação for muito complexa, estarão a distanciar-se da sua solução, pelo que ficará mais no papel e dificilmente será concretizada. Há aqui este meio-termo, este equilíbrio que tem que ser feito. A área de intervenção é toda aquela frente, tal como a conhecem, já com a pavimentação da estrada, que lhe dá um carácter mais urbano, menos de passagem. O estacionamento também fica respondido. O antigo campo de futebol ganha uma regularização, é ajardinado e fica como um espaço expectante de divertimento. Amanhã pode dar lugar a outra coisa se surgirem novas oportunidades. Os edifícios que estão a intervir na Vila de Óbidos têm vindo a ser adquiridos. Eles demonstram qual foi o caminho que a Câmara Municipal encontrou para resolver problemas de habitação degradada e de habitação em mau estado. Foi conseguir fazer um esforço financeiro para adquirir os imóveis, desenvolver projetos e criar oportunidades de financiamento. Não conhecem, infelizmente, nenhuma outra solução, nem nenhum outro programa. Só conseguem intervir naquilo que é o seu património. No património de privados não conseguem fazer essa intervenção. Não há nenhum mecanismo financeiro que crie ajudas aos proprietários, que sejam substanciais e que os leve a fazer essa recuperação. Já tentaram a candidatura da Óbidos Criativa que envolvia o maior edifício que têm na Vila de Óbidos e que pertence à Santa Casa da Misericórdia. Mas a Santa Casa da Misericórdia, na sua indefinição sobre o que quer fazer ao edifício, perdeu a oportunidade de financiamento, que lamenta. Abdicariam de intervenções em edifícios municipais para fazer a recuperação do antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia. A Santa Casa da Misericórdia, numa primeira parte colaborou, mas depois, como a candidatura teve que ser reformulada e apresentada novamente, preferiu desistir do programa de financiamento. Também se dão estas situações, que é o Município, que tem acesso a dinheiros, privilegiar entidades que não a Câmara Municipal, recuperar igrejas, recuperar imóveis, mas há pessoas que estão à frente das instituições que têm que ser respeitadas. Está a dar exemplos de que a recuperação coletiva se vai fazendo e a Câmara Municipal consegue fazê-la, sobretudo, se adquirirem os imóveis. Sai da Assembleia Municipal muito satisfeito, sobretudo, porque este ponto demonstrou, de facto, uma coisa que o Senhor Deputado João Lourenço disse, que isto é uma obra de todos. Acha que foi ele que fez a síntese das intervenções dos três partidos, foi ele que fez a síntese das intervenções da Assembleia

Municipal e da Câmara Municipal, foi ele que disse aqui que esta é uma obra de todos. Era isso que pretendiam também. É muito mais interessante e confortável sentir que existe um apoio. Estão a falar de Óbidos. Fazem isto, mas estes edifícios duram décadas, para servir a economia, para potenciar mais negócios, para criar mais riqueza e para tentar fazer com que Óbidos tenha, de fato, mais recursos disponíveis e mais soluções. Ouvir aquilo que ouviu por parte de todos, sem exceção, é muito bom. Agradeceu esse apoio e fica, como Presidente da Câmara Municipal, muito reconhecido, por sentir que esta é uma obra acarinhada por todos. Estão a apresentar uma zona muito delicada, tiveram muito medo. Não um medo que os leve a desistir, mas um medo real por respeito ao património, como o entendem. Nesse sentido sabe muito bem ter o apoio de todas as bancadas e de toda a Assembleia Municipal, perante esta solução, que é proposta, e que vai agora evoluir para os projetos de execução. A estrada é uma fortíssima preocupação. Não estará nesta empreitada. A Direção-Regional de Cultura e o IGESPAR trataram também esta questão com muito entusiasmo e com muita intervenção. É mais que um parecer, é também sentir que aquilo que a Câmara Municipal anda a propor fazer em Óbidos são soluções como deve ser. Há coisas que são difíceis. Têm dificuldade na recuperação do Pousada. Foi embargada uma obra lá. A intervenção tem que ser altamente cuidadosa. É assim que estão a apresentar e por isso ganham o apoio das entidades e é isso que exigem também aos privados. Vão dar continuidade a este trabalho. Trazem à Assembleia Municipal soluções do traçado da estrada, se tiverem mais do que uma alternativa, para ouvir a opinião dos Senhores Deputados. Têm todas as razões para saírem tarde, mas muito satisfeitos, porque conseguiram construir um ambiente de Assembleia Municipal verdadeiramente construtivo. Agradeceu a intervenção e os contributos, porque são, para a Câmara Municipal, extremamente importantes. Isto é a estruturação da área norte da Vila. Têm outras soluções para outros pontos. A reação foi extremamente positiva. Agradeceu a todos.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO ONZE - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS DO PROCEDIMENTO – EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DE DOIS EDIFÍCIOS PARA DEZ FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL EM A DA GORDA”: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil novecentos e cinquenta e sete, de vinte e oito de setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização, a Repartição dos Encargos do Procedimento – Empreitada “Construção de dois Edifícios para dez fogos de Habitação Social em A da Gorda”.-----

---Como não houve intervenções, foi a autorização da Repartição dos Encargos do Procedimento – Empreitada “Construção de dois Edifícios para dez fogos de Habitação Social em A da Gorda” posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO DOZE - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO TREZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas e vinte minutos, do dia trinta de setembro do corrente ano. E eu José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, lavrei esta ata que vou assinar.-----